

Antonio Penteado Mendonça

As últimas análises apontam que o Super El Niño deve causar a morte de 450 mil pessoas ao redor do planeta. Se tomarmos o número geral das mortes na Terra, o número pode não parecer grande, afinal, anualmente, morrem 60 milhões de pessoas, 450 mil não desequilibrariam a conta. Mas não é bem assim, 450 mil a mais, num espaço de tempo relativamente curto, é muita coisa. E a notícia fica pior quando as análises colocam o Brasil entre os países a serem mais afetados.

Os custos do sistema de saúde e da previdência social sofrerão um acréscimo não previsto e como estas mortes serão em grande parte decorrências de circunstâncias indiretas, pressionarão a rede hospitalar que já estará sobrecarregada, tanto pelos pacientes regulares, como pelas vítimas da exposição direta aos eventos.

Mas o quadro é mais sério, quando 450 mil pessoas morrem afetadas pelo calor excessivo, outros muitos milhares que não morrerão também necessitarão de atendimento médico hospitalar. Então a conta será bem mais cara para o SUS que ficará com os custos médicos e hospitalares e para o INSS que suportará a conta das pensões por morte e invalidez.

De outro lado, o Super El Niño afetará a economia de forma geral, com forte impacto no agronegócio, tanto por seca, como por excesso de chuvas. E afetará a vida das pessoas, com a destruição de infraestrutura urbana, estradas, pontes e viadutos, barragens e, principalmente, o patrimônio da sociedade que perderá moradias e negócios de todos os tipos e tamanhos.

Não há muito que possa ser feito, até porque até agora foi feito muito pouco e ainda que houvesse uma vontade absurda de remediar a situação, não temos tempo para isso. O fenômeno está aí, em tempestades, tornados, granizo, vendavais e outras alterações climáticas violentas, com impacto em grandes áreas do território.

É difícil quantificar o total dos prejuízos possíveis, mas eles estarão na casa dos muitos bilhões de reais e quem vai morrer com a conta é a sociedade. O governo brasileiro, em seus 3 níveis, não é famoso por responder a estes desafios e muito menos de agir com rapidez diante dos eventos. Até hoje, prejuízos de muitos anos atrás, ocorridos na região serrana do Rio de Janeiro, seguem sem indenização. A conta ficou com a população. E o mais triste é que nos anos seguintes os eventos se repetiram, causaram novos prejuízos e eles apenas se somaram aos anteriores.

Nós seguimos firmes na ideia de que o bom não é prevenir, o bom é remediar. De acordo com especialistas, para cada real investido em prevenção o país economizaria perto de 4 reais em indenizações. Tanto faz, o governo prefere pagar mais do que planejar ações para minimizar os danos ou desenvolver uma política de transferência de riscos, utilizando o mercado segurador para isso.

Existem soluções que vão desde a proibição da ocupação de áreas de risco, até a contratação de seguros capazes de repor parte significativa dos prejuízos. Só que sem vontade política, ficaremos marchando no mesmo lugar. O duro é que nenhum candidato incluiu

o tema em seu plano de governo.

Fonte: SindSeg SP, em 02.10.2026.